

DCI – 24/01/2012

Base aliada quer prorrogar as concessões de energia elétrica

Para o presidente da Fiesp Paulo Skaf "a sociedade não pode pagar uma conta que não é dela"

Pelo menos dez projetos elaborados por parlamentares da base aliada no Congresso estabelecem a prorrogação de concessões de energia elétrica e podem entrar na pauta de votações no primeiro semestre. Com chances de vitória por causa da ampla maioria governista. O governo quer antecipar a discussão do tema para dar segurança jurídica às concessionárias cujos contratos vencem ano de 2015. Isso significa a prorrogação dos contratos, em vez de licitações.

Entre os contratos de concessão de energia elétrica que expiram a partir de 2015, estão os de 112 usinas hidrelétricas, que representam 28% da geração elétrica, nove linhas de transmissão que totalizam 73 mil km - 82% da malha existente e 37 distribuidoras de energia elétrica, ou seja, 40% do mercado.

O presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, deputado Arnaldo Jardim (PPS-PS), afirmou ao DCI que a intenção do governo pode ser boa, pois tem como principal objetivo manter a qualidade do serviço e reduzir as tarifas. Mas avalia que chegam sem tempo hábil para serem debatidas entre parlamentares e população.

Investimentos da Copa

Um dos textos a serem analisados, é a Proposta de Emenda à Constituição do deputado Dr. Ubiali (PSB-SP), que permite a prorrogação vincendas em 2015 e 2016, por um período de cinco anos, sem licitação. O deputado teme, diante dessa incerteza jurídica, que muitas empresas deixem de fazer investimentos necessários, o que pode trazer elevados prejuízos para a economia nacional, inclusive ameaçando o sucesso da Copa em 2014. "Tramitam também na Câmara os Projetos de Lei do deputado Ângelo Agnolin (PDT-TO) e o do então deputado Paulo Rattes (PMDB-ES), que traz apensadas mais quatro propostas com o mesmo objetivo.

Preços competitivos

As opiniões contrárias vêm de entidades como a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica, **Acende Brasil** e da Fiesp. Essa última já se pronunciou por meio do presidente, Paulo Skaf em depoimento na Câmara. Segundo ele, já existe uma lei obrigando a realização de leilões ao final dos contratos de concessão e que a lei deve ser respeitada. Por isso, ninguém deve ser contra o leilão, pois, se a concessionária do serviço cobrar preço justo, ela vai ganhar e levar o leilão. "Eu quero preços competitivos, pois a sociedade não pode pagar uma conta que não é dela" defendeu.

ABNOR GONDIM